

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO **2018**





ÍNDICE

1 SÚMULA OPERATIVA.....	5
2 OBJECTIVOS	8
2.1 Reforçar as parcerias com o Setor Estado.....	9
2.2 Dar continuidade aos esforços de requalificação dos espaços integrados no Complexo Social	9
2.3 Promover a Mata das Misericórdias como espaço de história, lazer, cultura e desporto	9
2.4 Manter a formação interna e externa para os respetivos colaboradores	9
2.5 Procurar dar início aos trabalhos de remodelação e requalificação do antigo Hospital Condessa das Canas ..	10
2.6 Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho	10
2.7 Manter a oferta de uma agenda cultural e artística	10
2.8 Promover a Sustentabilidade da Misericórdia	10
2.9 Valorização do Património.....	10
3 LINHAS DE ATUAÇÃO	10
3.1 COMPLEXO SOCIAL	11
3.1.1 Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) Centro de Dia Serviço de Apoio Domiciliário Centro de Dia das Secarias.....	11
3.1.1.1 Remodelação / Requalificação do Complexo Social	12
3.1.1.2 Revisão de Acordos de Cooperação na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário e Manutenção do número de utentes nas respostas de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e Centro de Dia (CD);	12
3.1.1.3 Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas.....	13
3.1.1.4 Manutenção da política de formação / qualificação do pessoal.....	14
3.1.1.5 Manter a oferta de atividades lúdico-ocupacionais destinadas aos utentes	14
3.1.2 Centro de Atividades e Tempos livres Atividades de Animação e Apoio à Família	15
3.1.3 Academia Condessa das Canas.....	15
3.1.3.1 Orfeão Maestro Alves Coelho	16
3.1.4 Mata e Jardim	16
3.1.4.1 Centro Ambiental - Preservação de espaços / Realização de Eventos	17
3.1.5 Outros Projetos de Intervenção Social RLIS	17
3.1.6 Secretariado Regional de Coimbra da UMP e Secretariado Nacional.....	18
3.1.7 Sala de Snoezelen - Dr. Armando Dinis Cosme	18
3.1.8 Apresentação Candidatura Plataforma Informática de Gestão - Quadro Comunitário	19
3.1.9 Participação na constituição Grupo para a Economia Social	19
3.2 COMPLEXO DE SAÚDE	20
3.2.1 Unidade de Cuidados Continuados Dr. Fernando Vale.....	20
3.2.2 Unidade de Medicina Física e Reabilitação	21
3.2.3 Hospital Condessa das Canas	21
3.2.4 Gabinetes de Saúde Curativos.....	22
3.2.5 Saúde Mental	23
3.3 PATRIMÓNIO EDIFICADO, RELIGIOSO, CULTURAL E DESPORTIVO	24
3.3.1 Feira do Mont'Alto	26
3.3.2 Cine-teatro Alves Coelho.....	26
4 ORÇAMENTO.....	27
4.1 Rendimentos.....	28
4.1.1 Rendimentos / Descrição	30
4.2 Gastos	31
4.2.1 Gastos / Descrição.....	33
4.3 Investimentos	34



1 | SÚMULA OPERATIVA

Ano após ano, a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, adiante Misericórdia, tem procurado encontrar novas formas de atuação por via das problemáticas que assolam as nossas comunidades.

Para tal, tem deitado mão a projetos inovadores, como o caso da **Rede Local de Intervenção Social – RLIS**, mas de igual modo tem implementado novas dinâmicas internas tendo como objetivo o desenvolvimento de novas formas de prestação de serviços nos seus mais diversos equipamentos sociais.

Contudo, hoje a desertificação territorial, a par do crescente isolamento das populações, também elas cada vez mais envelhecidas, tem trazido problemas sociais acrescidos.

A deslocalização laboral de parte significativa da população ativa do concelho e a reduzida oferta de oportunidades aos jovens, tem conduzido a movimentos migratórios diários que esvaziam as localidades, **deixando ainda mais isolados os cidadãos de maior idade e as cada vez menos crianças que aí se mantêm.**

Se juntarmos a tudo isto o crescente esforço financeiro exigido à Instituição, quer ao nível dos seus recursos humanos, quer ao nível da operacionalidade das suas valências, verificamos que os desafios que se colocam à Misericórdia são cada vez maiores.

Neste particular, não podemos deixar de elencar o **esforço exepetável de atualização do salário mínimo nacional para 2018**, que terá impacto na Instituição, tanto mais que esta emprega um número significativo de colaboradores, face à natureza dos seus serviços.

Neste contexto, a procura permanente de fontes de financiamento capazes de estimularem a sustentabilidade da Misericórdia, não deverá descurar a eventual **adesão ao Grupo Financeiro da Economia Social**, projeto inovador e que conta com a participação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a União das Misericórdias Portuguesas e diversas Santas Casas e Associações Mutualistas.

Por outro lado, o ano de 2018 será marcado pelos efeitos decorrentes da **tragédia dos incêndios, com especial incidência os ocorridos nos dias 14,15 e 16 de Outubro**, do qual resultaram várias situações de perda de primeira habitação, destruição de capacidade



produtiva concelhia e a extensa destruição do património natural, do qual a atividade económica do turismo dependia.

Também por estes motivos, o empenho da Instituição será maior, visto que a manutenção do apoio às comunidades será essencial para o processo de reconstrução que agora se impõe.

Por outro lado, ao nível dos rendimentos **não se perspetivam grandes oscilações às comparticipações do Setor Estado**, isto no âmbito dos Acordos de Cooperação, quer no campo da designada Segurança Social, quer no campo da Saúde, o que, por sua vez, cria sempre uma preocupação acrescida ao nível das receitas.

De realçar que, para 2018, a Instituição preconiza a **revisão dos acordos de cooperação, designadamente no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)**.

Ainda no campo da saúde, a Instituição aguarda com alguma expectativa a possibilidade de dinamização de **respostas no âmbito da saúde mental**, assim como a criação de **gabinetes de saúde curativos** no território de Arganil.

Já no campo da designada Segurança Social, a Instituição mantém a intenção de reforço da cooperação com o Centro Distrital da Segurança social de Coimbra – ISS,IP, no âmbito do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), **através da revisão do respetivo acordo**, nomeadamente ao nível da comparticipação do Setor Estado, visto que esta resposta tem ao longo dos últimos anos dado um salto qualitativo na prestação de cuidados (cuidados de saúde, teleassistência, etc).

No entanto, a comparticipação dos utentes pelo usufruto das respostas sociais da Misericórdia encontra-se condicionada aos respetivos rendimentos, **não sendo exetável um crescimento desmesurado dos mesmos**.

Para fazer face a tudo isto, a **Misericórdia conta com o seu património**, o qual se tem revelado uma reserva estratégica ao nível do seu financiamento, gerando receitas a partir do respetivo arrendamento, ou, quando necessário, injetando recursos económicos na tesouraria da Instituição.

Por isso, o aumento do seu ativo, tendo por base o património, tem sido uma aposta segura e reconfortante, sendo exetável para o ano que se aproxima a concretização de operações de venda autorizadas pela Assembleia Geral, mas que ainda não se efetivaram.



Só essas operações permitirão gerar receitas extraordinárias capazes de potencializar a **recuperação do antigo Hospital Condessa das Canas**, através da alienação da designada “Quinta dos Bons Dias”, associada à comparticipação contratualizada, desde 2010, com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC).

Na agenda da Instituição continuará ainda presente, a **preocupação com a questão do Cineteatro Alves Coelho**, a qual deverá ter desenvolvimentos, nomeadamente no campo da assunção de responsabilidades, designadamente por parte da Câmara Municipal, face ao estado em que o mesmo foi devolvido ao seu legítimo proprietário, neste caso a Santa Casa.

Outro aspeto a ter em conta para o ano vindouro relaciona-se com o esforço que tem vindo a ser desenvolvido ao longo do ano de 2017, tendo em vista a **remodelação do andar afetado pelo incêndio** ocorrido em Junho de 2016.

A (re)entrada em funcionamento desse, possibilitará a estabilização das receitas provenientes da Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

Simultaneamente, a Misericórdia **continuará a reorganizar os seus serviços**, quer ao nível de horários de trabalho, mas de igual modo da sua estrutura organizativa, por forma a acomodar eventuais acréscimos de custos decorrentes da sua operacionalidade, nomeadamente tendo em conta a eventual atualização do seu modelo de Contratação Coletiva.

Por outro lado, a Instituição procederá à **dinamização da candidatura aprovada em 2017 no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)**, o qual visa assegurar à população mais vulnerável apoio alimentar, reduzindo desse modo a dependência das Cantinas Sociais.

A este propósito é de destacar que a **Misericórdia congrega e coordena 3 concelhos**, neste caso são eles: Arganil, Vila Nova de Poiares e Penacova, estimando-se o apoio a 191 beneficiários.

A par disso, a Misericórdia manterá a sua postura de reforço das parcerias, quer com o Setor Estado e quer com entidades privadas do Setor Social, com destaque para organismos como a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Agrupamento de Escolas de Arganil, o Conselho Local de Ação Social (CLAS), assim como com os Secretariados Nacional e Regional da União das Misericórdias Portuguesas, **mantendo neste último a assessoria técnica**.



No campo das parcerias não podemos ainda, deixar de dar nota da **disponibilização da sala de Snoezelen Dr. Armando Dinis Cosme**, a par de técnicos da Misericórdia, nomeadamente na colaboração com o Agrupamento de Escolas, com particular incidência junto de crianças com necessidades educativas especiais.

Uma última palavra para a questão da **Feira do Mont'Alto, património inalienável desta Instituição**, o que implicará uma atenção da Misericórdia a esta temática.

Apresentado o resumo genérico das intenções operacionais da Misericórdia para 2018, passemos então à estrutura do conteúdo do presente documento, que se encontra estruturado do seguinte modo:

- Objetivos;
- Linhas de Atuação;
- Orçamento Previsional;
- Conclusão;
- Anexos.

Antes de avançarmos, não podemos deixar de salientar que a concretização deste Plano carecerá do empenho dos Órgãos Sociais, irmãos e colaboradores, todos eles envolvidos pela mesma causa: o respeito pelos Compromissos e a dedicação aos que mais precisam.

2 | OBJECTIVOS

Para o ano de 2018 a Misericórdia estabeleceu um conjunto de objetivos, com o único propósito de possibilitarem uma melhor adequação dos recursos existente, tendo em vista levar a bom porto o papel desta Instituição. Neste caso servir a comunidade.

No entanto, o estabelecimento desses objetivos teve em linha de conta as experiências recolhidas ao longo dos últimos anos, e que se traduz no lema: **Servir a Comunidade, de forma sustentável e eficiente, com respeito pelos valores do humanismo Cristão e as 14 obras de Misericórdia.**



Por outro lado, a definição dos objetivos que mais abaixo serão apresentados, traduzem metas que se prolongam, na maioria dos casos, no tempo, não podendo ser esgotadas apenas num curto período temporal.

De igual modo, a definição dos objetivos teve em devida consideração aspetos como a flexibilidade e a sustentabilidade, pois estão dependentes de fatores como, por exemplo, os recursos disponíveis.

Assim, os objetivos traçados para 2018 são os seguintes:

2.1 Reforçar as parcerias com o Setor Estado - implementando o novo Programa do POAMC / FEAC, para além de manter a continuidade da Rede Local de Intervenção Social (RLIS), sem esquecer o processo de revisão de Acordos de Cooperação, designadamente para a resposta de Cuidados Continuados e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). Ainda neste objetivo, pretende-se a concretização dos eventuais gabinetes de saúde curativa no território de Arganil.

2.2 Dar continuidade aos esforços de requalificação dos espaços integrados no Complexo Social - colocando em funcionamento o bloco afetado pelo incêndio de 2016, neste caso com especial incidência na Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), a par da Escola Adães Bermudes (Academia Condessa das Canas);

2.3 Promover a Mata das Misericórdias como espaço de história, lazer, cultura e desporto - através da manutenção, limpeza e embelezamento da mesma, sem esquecer o acolhimento de várias iniciativas promovidas pela Misericórdia ou por outras entidades parceiras;

2.4 Manter a formação interna e externa para os respetivos colaboradores - através da rentabilização de todos os seus recursos humanos a Instituição irá dar continuidade ao processo de formação interna, para além do recurso à União das Misericórdias Portuguesas para assegurar a componente externa, sem esquecer outras soluções que possam vir a ser desenvolvidas com outras entidades;

**2.5 Procurar dar início aos trabalhos de remodelação e requalificação do antigo**

Hospital Condessa das Canas - a concretização da alienação de património, devidamente aprovado pela Assembleia Geral, será crucial para a concretização deste investimento fundamental para ampliação da capacidade de intervenção da Misericórdia no âmbito dos Cuidados Continuados e o esforço de criação de postos de trabalho, contribuindo para uma nova centralidade de Arganil;

2.6 Procurar dar início ao processo de recuperação do Cineteatro Alves Coelho - Não só através da dinamização do grupo de trabalho constituído para esse efeito, mas de igual modo a responsabilização/parceria de outras entidades envolvidas neste longo processo;

2.7 Manter a oferta de uma agenda cultural e artística - a partir da atividade do Orfeon Maestro Alves Coelho, integrado na dinâmica da Academia Condessa das Canas, sem esquecer outras iniciativas que a Misericórdia promoverá ao longo do próximo ano;

2.8 Promover a Sustentabilidade da Misericórdia - por meio de uma adequada gestão dos recursos existentes, quer sejam eles humanos, quer sejam materiais, reorganizando os seus serviços, de modo a assegurar que o funcionamento da Instituição não é colocado em causa e por isso a sua missão é cumprida, bem como a eventual adesão ao Grupo Financeiro para a Economia Social;

2.9 Valorização do Património - atualizando as respetivas avaliações, aceitando eventuais doações, adquirindo outros bens imóveis que possam traduzir retorno do investimento, ou mesmo a alienação do património cuja continuidade na Instituição não se traduz em qualquer mais-valia.

3 | LINHAS DE ATUAÇÃO

Apresentados que estão os objetivos para o ano vindouro, importa agora conhecer as linhas de atuação por meio das quais se procurará concretizar as metas elencadas.

Importa contudo, realçar que as linhas traçadas para a viabilização dessas metas deverão ser enquadradas com respeito pela natureza de cada uma das áreas de atuação da instituição. Neste caso a área social, a área da saúde e a área do património e da cultura.



3.1 | COMPLEXO SOCIAL

No que diz respeito à componente social, podemos referir que é por intermédio do designado Complexo Social que estas se encontram devidamente enquadradas.

É nesta estrutura da Misericórdia que se encontram concentradas as respostas sociais cujo funcionamento se encontra integrado no âmbito da cooperação com o Ministério do Trabalho, Segurança Social e Solidariedade (MTSSS).

Respostas como a Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), o Centro de Dia (CD), quer da sede, quer da Freguesia de Secarias, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e o Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL) fazem pois parte do Complexo Social.

Contudo, outras respostas sociais, ou projetos, como a Rede Local de Intervenção Social (RLIS), as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), as cantinas sociais, o Fundo Europeu de Ajuda a Carenciados (FEAC), sem esquecer as distintas parcerias firmadas com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Rendimento Social de Inserção (RSI-NLI) e o Conselho Local de Ação Social (CLAS), são também neste Complexo enquadradas.

Também a Mata das Misericórdias, assim como a Academia Condessa das Canas, em virtude da sua utilização em prol do bem-estar dos utentes da Instituição, são consideradas englobadas no Complexo Social.

3.1.1 Lar Comendador Cruz Pereira (ERPI) | Centro de Dia | Serviço de Apoio

Domiciliário | Centro de Dia das Secarias

As respostas sociais destinadas ao público mais velho, têm uma importância significativa no funcionamento da Instituição, assumindo relevância quer ao nível do volume de serviços prestados e ao nível económico.

Deste modo, torna-se crucial apresentar as principais prioridades para o ano de 2018 para este grupo de respostas sociais.



3.1.1.1 Remodelação / Requalificação do Complexo Social

Fruto do incêndio que teve lugar no ano de 2016, tornou-se urgente encetar esforços tendo em vista a reabilitação do espaço afetado.

Nesse sentido, é exetável que no início do próximo ano **as obras no andar atingido sejam concluídas**, permitindo dessa forma o restabelecimento da funcionalidade plena da Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI).

Simultaneamente, outros espaços do Complexo Social deverão continuar a ser alvo de intervenções pontuais, tendo em vista a higienização e remodelação de diversas áreas, com o enfoque na melhoria das condições de estadia e utilização por parte dos utentes das diversas respostas sociais.

Ouro aspeto a ter em devida nota, prende-se com a continuação da substituição dos telhados, os quais em 2017 tiveram como prioridade o andar afetado pelo fogo de 2016.

Caso ocorra a possibilidade de apresentação de uma eventual candidatura a Programa Operacional da Região Centro, ou outro, designadamente ao eixo referente à inclusão social, a Instituição não descurará esse potencial recurso.

3.1.1.2 Revisão de Acordos de Cooperação na resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário e Manutenção do número de utentes nas respostas de Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI) e Centro de Dia (CD);

Ao longo dos últimos anos a Instituição tem procurado apostar na melhoria do **Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)**, nomeadamente através da inclusão de **serviços de saúde ao domicílio e teleassistência**.

No entanto, tal aposta não tem tido o retorno devido da parte do Setor Estado, designadamente através da **majoração na comparticipação em mais 45%, conforme estabelecido** no protocolo bilateral assinado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social (MSTSS) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

Por outro lado, o SAD da Misericórdia é uma resposta social que se encontra em funcionamento todos os dias da semana, garantindo, em média, 4 serviços aos utentes, entre alimentação, cuidados de saúde, teleassistência, tratamento de roupas, cuidados de higiene e



limpeza habitacional, pelo que, também por este motivo, o Acordo de Cooperação deveria ser reforçado ao nível da comparticipação Estado, o que não tem sucedido, conforme já explanado.

Assim, a Misericórdia **continuará a diligenciar** para que esta resposta social obtenha o reconhecimento desejado e merecido, por parte do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra – ISS,IP.

Relativamente às respostas de ERPI e Centro de Dia, sede e Secarias, a prioridade será a de **manter os níveis de frequência**, concretamente 120 utentes no Lar de Idosos (ERPI), enquanto que na resposta de Centro de Dia a média não deverá ser inferior a 43 utentes na sede, enquanto que no Centro de Dia de Secarias deverão manter-se os 9 beneficiários.

Para que tal suceda, o caminho passa pela manutenção de **um horário prolongado de funcionamento, com jantar incluído, laborando ainda aos fins-de-semana (Centro de Dia sede)**, com o complemento de um **serviço de transporte**.

De destacar ainda, **a articulação entre o Complexo Social e o Complexo Saúde**, para a concretização destas metas, nomeadamente através do contributo da Unidade de Cuidados Continuados que procede a sinalizações para estas respostas sociais vocacionados para o apoio aos mais velhos, tendo por base a ideia de complementaridade.

3.1.1.3 Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social e a União das Misericórdias Portuguesas

A aplicação do Compromisso para a Cooperação, tem assegurado uma ferramenta indispensável à regulamentação das comparticipações no âmbito da rede Solidária, mas de igual modo traduz uma plataforma de entendimento entre o Setor Estado e Setor Social tendo por base uma parceria efetiva.

Para 2018 perspectiva-se **uma atualização de 1%**, o que continua a ser insuficiente face aos crescimento dos custos decorrentes das obrigações legais e contratuais, quer com colaboradores, quer o próprio Estado.



3.1.1.4 Manutenção da política de formação / qualificação do pessoal

A aposta na formação é algo crucial na vida da Misericórdia, sendo expetável a manutenção do leque de formação interna, com recursos ao quadro técnico existente na Instituição, sem descurar a possibilidade de recurso a entidades exteriores.

No entanto, esta matéria terá sempre uma estreita ligação à disponibilidade dos recursos, apostando-se numa gestão criteriosa das temáticas a abordar na área formativa, assim como na seleção dos formandos.

Relativamente à certificação no âmbito do EQUAS, esta não foi possível de concluir, especialmente por motivos de ordem económica, sendo expetável o retorno a esta questão quando tiverem reunidas as condições para isso.

3.1.1.5 Manter a oferta de atividades lúdico-ocupacionais destinadas aos utentes

Ocupar os utentes da Instituição será algo que se manterá como prioridade no dia-a-dia das diferentes respostas sociais, na medida em que por meio da oferta de um programa destinado ao desenvolvimento de atividades lúdico-ocupacionais será possível **retardar a perda individual de competências.**

Por outro lado, através de uma equipa dotada de vários profissionais será possível trabalhar diferentes componentes do ser humano, utilizando para esse efeito diversos espaços, com destaque para o Complexo Desportivo – Zé Miguel (campo polidesportivo e piscinas) e a Mata das Misericórdias.

Essas atividades encontram-se inscritas em programação própria e específica conforme documentação anexa, abrangendo não só o Complexo Social, mas de igual modo o Complexo de Saúde.

Para além dos passeios temáticos e das comemorações de datas específicas do calendário, serão também levadas a efeito sessões de sensibilização junto dos beneficiários das respostas sociais da Misericórdia, incluindo-se aqui a utilização e **o contacto com as novas tecnologias, ginástica, natação, música, leitura, teatro, entre tantas outras.**



3.1.2 Centro de Atividades e Tempos livres | Atividades de Animação e Apoio à

Família

As respostas de Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), bem como a componente de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), encontram-se instaladas no edifício D. Arminda Sanches que faz parte da EB1 de Arganil.

Para o ano de 2018 a Instituição procurará **alargar o número de crianças** a frequentar as suas respostas, face ao Plano de Atividades de 2017.

Neste caso, a Misericórdia pretende aumentar o número de crianças em CATL, passando das 40 previstas em 2017, para 53.

Quanto às AAAF prevê-se também aqui um crescimento, passando de 28 crianças, para 32, o que, conjugadas as duas respostas, poderá corresponder a um pequeno aumento das receitas daí provenientes, face ao ano de 2017.

Simultaneamente, a Instituição deverá manter **a oferta diversificada de serviços** nestas duas respostas, com especial incidência nos serviços de **apoio ao estudo e Terapia da Fala**.

3.1.3 Academia Condessa das Canas

Ano após ano, a antiga escola do Paço Grande vai ganhado o brilho que já teve, fruto de uma **gradual recuperação do espaço**.

Apesar do esforço da Instituição para a recuperação desse emblemático edifício, esta ainda não se encontra completamente restaurado, algo que se prevê concluir-se em 2018.

O entanto, pode-se afirmar que o Orfeon Maestro Alves Coelho tem já aí o seu local de funcionamento, o que permite dizer que a Academia Condessa das Canas já funciona na escola do Paço Grande.



3.1.3.1 Orfeão Maestro Alves Coelho

O Orfeão Maestro Alves Coelho ocupa na atualidade um lugar de destaque na divulgação cultural da Misericórdia e da própria região, desejando-se a manutenção de uma agenda de atuações locais e regionais.

Para o ano vindouro o Orfeon irá responder a alguns convites que lhe foram direcionados, assim como receber outros grupos do género, através do apoio logístico da instituição.

3.1.4 Mata e Jardim

Depois da destruição da maior parte da floresta no concelho de Arganil e da Beira Serra, com especial incidência na Mata da Margaraça, **a Mata das Misericórdias ganha especial relevo no espaço natural da Serra do Açor, na medida em que passou a ser um dos últimos ecossistemas com espécies autóctones.**

A este propósito os viveiros da Mata deverão servir a comunidade, contribuindo com algumas espécies destinadas a **ações de reflorestação**, em conjunto com diversas entidades.

Por outro lado, a questão da proteção e segurança da Mata, designadamente contra incêndios, ganha especial atenção, nomeadamente através da **aquisição de maquinaria** destinada à limpeza daquele espaço natural de maior envergadura, sem esquecer a continuidade da operação de limpeza de estradões e manutenção de aceiros de proteção.

Para o próximo ano espera-se ainda, a **manutenção, limpeza e embelezamento da Mata e dos jardins circundantes, prevendo-se dar continuidade ao alargamento da Rua das Misericórdias.**

A **enxertia dos pinheiros mansos** será outra preocupação, tendo em vista a rentabilização da plantação existente e que, ao tempo, representou perto de 1000 árvores plantadas.

A Misericórdia prosseguirá também, a dinamização de processos de reflorestação recorrendo a espécies de folha caduca dos seus viveiros, designadamente nas áreas da Mata mais despovoadas e, por isso, sujeitas a maior risco.

A eventual implementação da exploração de alguns produtos, como são o caso dos pinhões, ou de aguardente de medronho, não deixará de ser considerada como uma eventual fonte de receitas destinada a contribuir para a sustentabilidade da Mata das Misericórdias.



3.1.4.1 Centro Ambiental - Preservação de espaços / Realização de Eventos

Tendo em vista valorizar e manter os espaços existentes na Mata das Misericórdias, designadamente o largo dos antigos alunos do Externato Alves Mendes, as Ruas das Misericórdias, das Freguesias, dos inúmeros largos, do percurso dos poetas, do circuito de manutenção, saúde e bem-estar, das charcas e cascatas, dos anfiteatros ao ar livre, do bungalow, do espaço dos Lions e das escolas, entre tantas estruturas, a Instituição **manterá a sua política de disponibilização dos mesmos para a realização de diversos eventos**, sejam eles da responsabilidade da Misericórdia, sejam eles de outras entidades.

Neste contexto o Agrupamento de Escolas de Arganil, ocupa lugar privilegiado, uma vez que poderá recorrer a este magnífico espaço para a prática do desporto escolar e do estudo da flora e fauna existentes.

3.1.5 Outros Projetos de Intervenção Social | RLIS

A **Rede Local de Intervenção Social (RLIS)**, terá continuidade no próximo ano, através da manutenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

A equipa, composta por 3 elementos técnicos, dará apoio às diferentes comunidades, socorrendo-se de 9 gabinetes de atendimento, resultantes de parcerias firmadas com Instituições com sede em: Anseriz, Barril do Alva, Cerdeira e Moura da Serra, Cepos, Coja, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo e Secarias.

Apesar de terem já sido estabelecidos protocolos de cooperação nas mais diversas áreas, que vão desde o apoio técnico, com a Casa do Povo de S. Martinho da Cortiça e a prestação de cuidados de enfermagem, com a Casa do Povo da Cerdeira e Moura da Serra, será expetável o alargamento dessa rede de parceiros, através da **introdução de eventuais gabinetes de saúde curativa, temática a desenvolver no âmbito do Complexo de Saúde**.

Não podem ainda ser esquecidas outras parcerias de trabalho, nomeadamente a participação da Instituição no Conselho Local de Ação Social (CLAS), a par do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Arganil, para além da colaboração prestada, através de 3 técnicos, à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ).



Uma referência especial ao Programa das Cantinas Sociais, o qual estava previsto para terminar em 2017, mas que, por força da conjuntura social se manteve até ao final desse ano.

No entanto, se for possível, a Instituição irá procurar manter esta resposta em 2018, articulando-a com a introdução do **Fundo Europeu de Apoio a Carenciados (FEAC), através do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAMPC).**

No âmbito desse programa foi aprovada candidatura apresentada pela Misericórdia de Arganil, tendo como território, para além do concelho de Arganil, os concelhos de Vila Nova de Poiares e Penacova, num total de 191 beneficiários.

De realçar que a **Misericórdia de Arganil assume o papel de entidade coordenadora**, sendo que as congéneres dos outros dois concelhos integram este projeto como entidades mediadoras.

3.1.6 Secretariado Regional de Coimbra da UMP e Secretariado Nacional

Tendo em conta a importância para a Misericórdia desta temática, é objetivo da Instituição manter a sua colaboração **institucional, através do seu Provedor, a par da assessoria técnica**, quer a nível regional quer a nível nacional, por meio do seu Diretor Geral.

Esta colaboração ativa, tem contribuído, decisivamente, para a projeção da Instituição no seio das Misericórdias Portuguesas, ao mesmo tempo que possibilita o seu reforço de competências internas e externas.

3.1.7 Sala de Snoezelen - Dr. Armando Dinis Cosme

Este equipamento tem assegurado uma resposta inovadora no concelho de Arganil, sendo hoje utilizado pelos mais jovens e pelos mais velhos.

A Sala de Snoezelen - Dr. Armando Dinis Cosme, tem-se afirmado como um recurso interno, complementando diversas áreas de atuação como a terapia da fala, a reabilitação e a estimulação sensorial, designadamente junto de crianças com necessidades educativas especiais, devendo manter a sua vocação de apoio à comunidade.



3.1.8 Apresentação Candidatura Plataforma Informática de Gestão - Quadro

Comunitário

Não tendo sido possível a concretização de uma candidatura aos fundos comunitários, destinada ao desenvolvimento da plataforma de gestão, é exetável que tal venha a ser concretizado em 2018.

Não obstante, ao longo de 2017 foi desenvolvida a estrutura de funcionamento desta plataforma, em conjunto com a União das Misericórdias Portuguesas, o que se espera venha, num futuro muito próximo, auxiliar nos processos de decisão ao nível da gestão.

3.1.9 Participação na constituição Grupo para a Economia Social

Ao longo dos últimos anos, com especial incidência na última década, a Economia Social tem crescido significativamente, o que acarretou diversas adequações do seu enquadramento, quer jurídico, quer funcional.

Por outro lado, os últimos anos têm sido marcados por uma crise económica e social que abalou as bases do chamado Modelo Social Europeu, o que obrigou as Instituições da Economia Social a encontrarem novas formas de sustentabilidade e afirmação.

Nesse sentido, diversas entidades, como o caso das Misericórdias, têm vindo a procurar concentrar as suas fontes de financiamento e receita, o que tem dado origem a movimentos de convergência de interesses, tendo por base os mesmos valores e princípios.

Assim, a Instituição irá procurar integrar a **constituição de um Grupo de Financeiro para a Economia Social, composto unicamente por Instituições dessa área e visando desenvolver formas de apoio à sustentabilidade do Setor Solidário.**

Para tal, conta com o enquadramento da União das Misericórdias Portuguesas, assim como da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a par de outras Misericórdias e diversas Mutualidades, nomeadamente a Associação Mutualista Montepio.



3.2 | COMPLEXO DE SAÚDE

O Complexo de Saúde aglomera as respostas sociais cujo desenvolvimento assenta na comparticipação assegurada pelo Ministério da Saúde, designadamente através da Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC). Neste caso, a Unidade de Cuidados Continuados – Hospital Dr. Fernando Vale, a par da Unidade de Medicina Física e Reabilitação.

O projeto de requalificação e remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas, também se enquadra neste setor de atividade da Misericórdia, a par do projeto de constituição dos Gabinetes de Saúde Curativa e da intervenção no campo da saúde mental.

3.2.1 Unidade de Cuidados Continuados Dr. Fernando Vale

Para o ano que se avizinha a Misericórdia considera fundamental a renovação dos Acordos de Cooperação / contratos no âmbito do funcionamento desta estrutura da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), e isto porque a 31 de Dezembro de 2017 termina a vigência dos atuais.

Não obstante essa intenção de celebração de novos contratos, a Instituição considera pertinente para o ano que se avizinha **manter os níveis de ocupação superior a 85%** em ambas as tipologias existentes no Hospital Dr. Fernando Valle. Neste caso Média Duração e reabilitação e Longa Duração e Manutenção.

Essa prioridade é tanto mais importante, na medida em que se mantém constrangimentos locais ao nível dos encaminhamentos por parte dos serviços competentes das estruturas do Estado, apesar da necessidade deste tipo de resposta ser bem visível para os profissionais no terreno.

De igual modo, não podemos deixar de reiterar a **constante preocupação com os atrasos dos pagamentos devidos pelo Estado no âmbito do funcionamento deste equipamento**, especialmente quando se perspetiva os atrasos associados a um processo de celebração de novos acordos de no âmbito do funcionamento desta resposta, como já foi elencado.



Existe ainda a expectativa de desenvolvimento de novo estágio profissional na área farmacêutica, tendo em vista o enquadramento de um novo profissional desta natureza, em face da crescente responsabilidade associado ao circuito do medicamento.

O recurso a outros equipamentos e respostas existentes na Instituição continuará a ser prioritário, na medida em que se torna essencial a partilha de sinergias internas, designadamente ao nível dos encaminhamentos para ERPI, SAD e Centro de Dia, dos utentes que têm alta do Hospital de Cuidados Continuados e pertencem ao concelho de Arganil.

3.2.2 Unidade de Medicina Física e Reabilitação

A Unidade de Medicina Física e Reabilitação encontra-se hoje plenamente integrada na estrutura da Misericórdia, dando desse modo um maior contributo ao funcionamento das diversas respostas que com ela interagem.

A aposta na constituição das turmas de ginástica, mas também na **introdução de novos tratamentos propostos pela respetiva equipa médica**, darão continuidade a um processo de renovação e ampliação do campo de ação deste serviço da Santa Casa.

A este propósito destaca-se a melhoria introduzida pelo recurso à Sala de Snoezelen – Dr. Armando Dinis Cosme, bem como ao recurso à terapia da fala como área complementar da atuação dos serviços desta Unidade.

3.2.3 Hospital Condessa das Canas

O projeto integrado no âmbito do Programa Modelar II, dotado de um financiamento público aprovado e contratualizado de setecentos e vinte e quatro mil, cento e um euros (724.101,00€), num total de investimento de dois milhões, cento e oitenta e sete mil e seiscentos e seis euros e vinte e oito cêntimos (2.187.606,28€), continua a ser uma prioridade para a Instituição.

No entanto, tal projeto **apenas poderá ser desenvolvido quando for possível concretizar a alienação da designada Quinta dos Bons Dias**, sita em Odivelas, Freguesia da Ramada. Algo que ainda não se concretizou à data da redação do presente documento.



Tendo em conta o Plano de Atividades traçado para 2017, havia a expectativa do arranque das obras nesse ano, no entanto, e face aos constrangimentos decorrentes do processo de venda do imóvel citado, tal não veio a ser possível, transitando essa expectativa para 2018.

De salientar, que apesar da natureza dos serviços a prestar nesse projeto corresponder às tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção, a Misericórdia poderá equacionar junto da Administração Central o seu aproveitamento para a área da saúde mental ou das demências, atendendo às prioridades do Plano Nacional para a Saúde.

3.2.4 Gabinetes de Saúde Curativos

Face à tragédia que se abateu sobre a nossa região, designadamente o concelho de Arganil, isto no âmbito dos incêndios florestais, a Misericórdia, na sequência de articulação com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), apresentou projeto de constituição de equipas de saúde, assentes no binómio Médico / enfermeiro, para atuar junto das localidades mais afetadas.

A operacionalização no terreno desta equipa assentará na **deslocação dos elementos aos espaços de âmbito social já em funcionamento no território**, sendo que em Arganil a Misericórdia conta com 9 espaços, localizados em número igual de instituições e resultantes de protocolos já existentes.

Desses 9 espaços, 4 deles estão localizados nas zonas mais afetadas pelos incêndios, ou seja: Anseriz, Barril do Alva, Cerdeira e S. Martinho da Cortiça.

Esta equipa, ao abrigo dos respetivos protocolos a celebrar com o Ministério da Saúde, desenvolveria e dinamizaria os gabinetes de saúde curativos, **num esquema de atendimento semanal realizado de 2º a 6º, em regime de rotatividade pelos vários espaços referidos.**

Sendo que o horário de **atendimento à comunidade seria das 9h às 17h**, repartidos pelo binómio constituído.

Simultaneamente, a equipa recorreria à **componente de visita domiciliária**, aproveitando a estrutura já existente no terreno de Serviço de Apoio Domiciliário desenvolvido já pela Misericórdia, para reforçar estes cuidados de saúde.



3.2.5 Saúde Mental

A área da saúde mental tem-se imposto como prioritária nos desígnios futuros da Misericórdia, desde logo pela relação que a Instituição tem com o campo da saúde, não só por motivos históricos (o único hospital concelhio pertencia à Misericórdia), mas de igual modo pela evolução recente do paradigma do cuidar associado a diversos públicos-alvo com os quais a Misericórdia trabalha.

Foi essa evolução que conduziu a Instituição a celebrar diversos protocolos com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), representante do Ministério da Saúde, para a implementação dos **Cuidados Primários** junto dos seus utentes, ou mesmo a implementação de uma **Unidade de Medicina Física de Reabilitação** ou, mais recentemente (2006), dos **Cuidados Continuados Integrados**.

Deste modo, a Misericórdia sustenta a sua pretensão ao desenvolvimento de respostas no campo da sua saúde mental nos seguintes aspetos:

- a) É possuidora de experiência no campo da saúde através de diversas respostas, dispondo para o efeito de diversos protocolos com a ARSC, ou outras entidades da esfera do Setor Estado;
- b) Possui um quadro de recursos humanos diversificado e abrangente ao campo da saúde dotado de: Médicos, Enfermeiros, Fisioterapeutas, Nutricionista, Terapeuta da Fala, Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Assistentes Sociais, Farmacêutico, entre outros;
- c) Tem projetos aprovados e contratualizados com o Setor Estado no âmbito da saúde (Programa Modelar II) sendo pertinente a sua implementação, de acordo com o princípio de boa gestão dos dinheiros públicos – neste caso uma nova unidade de internamento com 24 mais 12 camas;
- d) Desenvolve já respostas inovadoras no campo do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) que inclui serviços de saúde de proximidade e acompanhamento medicamentoso, para além da teleassistência, associada aos serviços tradicionais;



- e) Tem em funcionamento um conjunto de gabinetes descentralizados que dão cobertura a todo o território concelhio, no âmbito do funcionamento do projeto RLIS-SAAS do qual a Misericórdia é a entidade responsável, representando uma efetiva rede de apoio comunitário, por meio da qual são sinalizados diversos casos e que podem servir como espaço de acompanhamento dos cidadãos com necessidades no campo da saúde mental, através da presença de profissionais de saúde.

Atendendo ao contexto em que a Misericórdia atua e tendo em conta os aspetos já referenciados anteriormente, considera a Instituição estar dotada de condições para almejar o desenvolvimento dos 3 tipos de respostas preconizadas no Decreto-lei nº 8/2010 de 28 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 22/2011 de 10 de Fevereiro.

Neste caso, são elas: **Equipas de Apoio Domiciliário, Unidades Residenciais e Unidades Sócio ocupacionais.**

No entanto, e atendendo à dimensão temporal de implementação das mesmas, a Misericórdia considera **ter capacidade de arranque com brevidade no âmbito das respostas domiciliárias,** neste particular as **Equipas de Apoio Domiciliário**, face à experiência de que dispõe e aos recursos disponíveis no seu seio.

3.3 | PATRIMÓNIO EDIFICADO, RELIGIOSO, CULTURAL E DESPORTIVO

O Património é hoje um ativo crucial na sustentabilidade da Instituição, assim como a respetiva gestão do mesmo, nesse sentido a **atualização do inventário patrimonial, levantamento e elaboração de plantas do edificado, e inventariação** dos bens da Misericórdia faz parte de um processo contínuo que se manterá em 2018.

Tal gestão do património tem possibilitado o arrendamento dos imóveis, o que representa uma fonte de receitas que ao longo dos tempos tem vindo a ser incrementada, auxiliando a sustentabilidade da Instituição.

A atualização do inventário patrimonial tem possibilitado selecionar os imóveis que refletem uma mais-valia para a Misericórdia, e que por isso deverão ser alvo de valorização, em



detrimento daqueles que representam um encargo desnecessário, e por isso sujeitos a alienação.

A título de exemplo o património existente com maior relevo temos:

O edificado dos designados Complexos Social e de Saúde

Quinta dos Bons-Dias (*)

Quinta do Moinho Velho

Bairro da Quinta Nova

Moradia da Alagoa (Arganil)

Habitações da Amadora

Moradia das Torrozelas

Apartamento em Coja

Prédio do Beato

Imóvel na Freguesia de S. Martinho da Cortiça

Vários terrenos rústicos no Concelho de Arganil

*** Imóveis com alienação autorizada pela Assembleia Geral**

No campo do património religioso, existem diversos artefactos, nomeadamente as bandeiras processionais, a cruz da instituição e diversas relíquias.

Quanto ao edificado existe Igreja, imóvel classificado de interesse concelhio, do qual faz parte o seu órgão de tubos e a Via Sacra aí exposta.

Em relação à componente desportiva, destaque para o **Complexo “Zé Miguel”**, com o seu polidesportivo e as piscinas. Estas últimas deverão ser intervencionadas para a sua adequação às normas da acessibilidade, o que dependerá das condições financeiras existentes para esse fim.

Todos estes equipamentos estão ao serviço dos beneficiários da Instituição (utentes) assim como da comunidade arganilense, socorrendo-se deles diversas entidades parceiras, como



são: Igreja, Autarquias, Instituições de Solidariedade Social, Associações de Bombeiros, Agrupamento de Escolas de Arganil, Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Clubes de Serviço, Lions Clube de Arganil, Fundação Memória da Beira Serra, Casa da Comarca de Arganil, Comissões de Melhoramentos, Agrupamento de Escolas, Guarda Nacional Republicana, etc. etc.

De igual modo, não poderemos esquecer outros espaços e recursos móveis como:

- Autocarro de 23 lugares
- Campo Dr. Eduardo Ralha
- Salão Nobre do Complexo Social;
- Pavilhão do Paço Grande
- Parque Infantil Eng.º Leitão
- Jardim Condessa das Canas

3.3.1 Feira do Mont'Alto

Apesar do protocolo de cedência da organização da **Feira do Mont'Alto** à Camara Municipal de Arganil se encontrar em vigor, não podemos esquecer a existência de um conflito que se prende com a realização de escritura justificativa do terrado da feira, como aliás foi sobejamente explanado em documentos anteriores do mesmo género.

Sobre esta matéria a Instituição irá manter a devida atenção, na expectativa que o novo executivo municipal tome consciência do erro anteriormente praticado e que proceda com **respeito pelo património da Misericórdia, através da respetiva correção da escritura**, assegurando o direito de usufruto por parte da Misericórdia do Terrado da Feira nos dias designados para o certame.

Caso contrário, a Misericórdia terá que socorrer-se dos mecanismos legais para repor a verdade.

3.3.2 Cine-teatro Alves Coelho

Depois do tribunal ter considerado ter sido a Câmara Municipal a única responsável pelo incumprimento do contrato assinado em 2008 com a Misericórdia sobre a questão do Cineteatro Alves Coelho, existem redobradas expectativas para que o novo executivo municipal retome as negociações sobre esta matéria.



Constituído que foi o Grupo de Trabalho para analisar o conceito que se pretende para o edifício, os trabalhos do mesmo encontram-se suspensos, visto que o estado do imóvel à data da sua receção, é bastante pior do que quando foi entregue em 2008 à autarquia.

Sobre esta matéria, em devido altura, a atual Mesa Administrativa deliberou avançar com ação judicial, tendo em vista a indemnização da Misericórdia por parte da Câmara Municipal devido à degradação do imóvel em causa, em face do relatório de avaliação do estado do edifício.

No entanto, tal ação não avançou em 2017 em virtude deste ser um ano de eleições autárquicas, pelo que a Instituição não pretendeu influenciar tal processo ou ser incompreendida.

A Misericórdia renova pois, os votos **para que a Câmara Municipal tenha a sensibilidade para não deixar de fora o Cineteatro Alves Coelho**, tendo em conta uma eventual recuperação integrada na reabilitação urbana projetada para o centro da vila, avançando para o diálogo com a Instituição.

Mantém-se ainda, a expetativa sobre o posicionamento da Junta de Freguesia de Arganil sobre esta matéria, uma vez que, até ao dia de hoje, nunca o fez. Algo que se estranha, atendendo à importância do edifício para todos os arganilenses.

4 | ORÇAMENTO

Preparar um orçamento implica capacidade para a realização de projeções sobre os eventuais cenários em que a Instituição irá desempenhar a sua missão, de acordo com uma determinada dimensão temporal. Neste caso, com especial incidência nos próximos 12 meses.

Deste modo, um orçamento é sempre uma ferramenta de gestão com uma significativa dose de erro, caso as condições sobre as quais ele é elaborado sejam alteradas de forma significativa e inesperada.

Não obstante, a Misericórdia definiu um orçamento em linha com as metas que pretende concretizar, na expetativa de que a componente económico-financeira seja correspondente às necessidades decorrentes dos objetivos que definiu como prioritários.



À semelhança do orçamento para 2017, a **concretização de receitas extraordinárias decorrentes da venda de património, será crucial para o arranque de projetos** como o caso da remodelação do antigo Hospital Condessa das Canas.

Sendo extraordinárias, não se encontram inseridas no orçamento de suporte ao funcionamento corrente da Instituição, antes sim no suporte ao investimento preconizado, o que revela o carácter cauteloso deste instrumento de apoio à gestão.

Face a isto, a Instituição tem como expectativa, ponderados os rendimentos e os gastos previstos, um resultado positivo de mil, setecentos e vinte e quatro euros (1.724,00€).

4.1 Rendimentos

Ao nível dos rendimentos previstos para o próximo ano não se esperam grandes oscilações, face ao orçamento anterior. Prevendo-se um total de receitas cifrado em dois milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trinta e quatro euros (2.695.034,00€), o que representa um decréscimo de 1,38%, correspondente a uma redução de trinta e sete mil, setecentos e onze euros (37.711,00€).

Uma vez que a elaboração do orçamento para 2018 recorre ao histórico do corrente exercício (até Setembro), o que permite uma visão realista da situação, é possível explicar a redução de rendimentos tendo por base algumas das rubricas.

Não obstante essa redução estimada, a componente resultante do Setor Estado prevê um crescimento de cerca de 1%, ou seja, mais catorze mil, cento e trinta e três euros (14.133,00€).

Neste particular, prevê-se a atualização em 1% dos valores dos Acordos de Cooperação, face a 2017, bem como a introdução do POAMC/FEAC, num total de vinte três mil, cento e trinta e um euros (23.131,00€).

Por outro lado, na componente da relação com o Estado, a Instituição tem a expectativa de um desempenho positivo das diversas respostas sociais contratualizadas.

Relativamente à conta 72, Prestação de serviços, e à conta 78, outros rendimentos, estima-se uma redução, isto em comparação com o orçamento de 2017.



Deste modo, na conta 72 a redução global poderá ser de 1,69%, com especial incidência no valor previsto para a Unidade de Medicina Física e de Reabilitação (Fisioterapia) que apresenta um valor de cento e vinte e quatro mil, trezentos e noventa euros (124.390,00€).

A este propósito deve ser referido que a projeção para 2017 teve por base a média dos últimos 5 anos, enquanto que para 2018 a previsão realizada partiu do histórico até Setembro do exercício ainda em curso.

Em relação à conta 78, Outros Rendimentos, a redução combinada poderá atingir trinta e dois mil, novecentos e setenta e quatro euros (32.974,00€), devido à redução das receitas das rendas (conta 787), isto porque esta rubrica já não contempla as rendas provenientes da Clifiargus, a par da quebra das receitas dos subsídios ao investimento, correspondendo, simultaneamente, a uma diminuição do peso das amortizações.

Rendimentos - 2018					
CONTAS	RENDIMENTOS	PERIODOS		Variação Orçamental	
		N-1	N	(2018-2017)	%
71	VENDAS	7 490,00	7 602,00	112,00	1,50%
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 135 160,00	1 115 920,00	-19 240,00	-1,69%
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	869 503,00	891 465,00	21 962,00	2,53%
	Lar	749 935,00	757 797,00	7 862,00	1,05%
	Centro Dia	57 704,00	58 539,00	835,00	1,45%
	Apoio Domiciliário	49 685,00	58 618,00	8 933,00	17,98%
	ATL + AAAF	12 179,00	16 511,00	4 332,00	35,57%
	UCC	94 298,00	79 558,00	-14 740,00	-15,63%
	Fisioterapia	151 142,00	124 390,00	-26 752,00	-17,70%
	Outros	20 217,00	20 507,00	290,00	1,43%
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1 291 394,00	1 305 527,00	14 133,00	1,09%
	Centro Distrital da segurança Social	848 400,00	871 635,00	23 235,00	2,74%
	ISS - Acordos de Cooperação	636 524,00	620 573,00	-15 951,00	-2,51%
	Lar	422 794,00	431 671,00	8 877,00	2,10%
	Centro Dia	56 509,00	52 330,00	-4 179,00	-7,40%
	Centro Dia Secarias	11 828,00	12 076,00	248,00	2,10%
	Apoio Domiciliário	121 040,00	92 682,00	-28 358,00	-23,43%
	Complemento	3 293,00	3 326,00	33,00	1,00%
	ATL	21 060,00	28 488,00	7 428,00	35,27%
	ISS-UCC	130 187,00	146 242,00	16 055,00	12,33%
	ISS-RLIS	81 689,00	81 689,00	0,00	0,00%
	ISS - FEAC	0,00	23 131,00	23 131,00	100,00%
	ARS-UCC	430 540,00	421 329,00	-9 211,00	-2,14%
	De Outras Entidades, Doações e Heranças / legados	12 454,00	12 563,00	109,00	0,88%
	Aumentos/reduções de justo valor				
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	10 689,00	10 947,00	258,00	2,41%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	287 712,00	254 738,00	-32 974,00	-11,46%
781	Rendimentos Suplementares	1 500,00	1 500,00	0,00	0,00%
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	183 853,00	167 658,00	-16 195,00	-8,81%
788	Outros	102 359,00	85 580,00	-16 779,00	-16,39%
	Subsídios para o Investimento	18 093,00	11 784,00	-6 309,00	-34,87%
	(...) Outros	84 266,00	73 796,00	-10 470,00	-12,42%
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	300,00	300,00	0,00	0,00%
	Total dos Rendimentos	2 732 745,00	2 695 034,00	-37 711,00	-1,38%

Tabela n.º 1: Rendimentos



4.1.1 Rendimentos / Descrição

- Na conta correspondente às vendas projetou-se um valor tendo por base o orçamento de 2017, pois o complexo das piscinas esteve encerrado durante este ano, atualizado com base na taxa de inflação (1,5%);
- Nas mensalidades e nas participações dos utentes e famílias em todas as respostas sociais projetou-se, com base na média obtida do saldo a setembro, um montante atualizado em 1,7% e 1,5%, respetivamente para utentes e famílias, sendo o primeiro correspondente ao crescimento previsto das pensões e o segundo resultante da taxa de inflação;
- Na resposta de ERPI foi ainda levado em consideração o possível aumento de utentes (+16), face à previsão do término das obras no bloco afetado pelos incêndios de 2016;
- Foi considerada nas restantes respostas sociais uma manutenção dos níveis de frequência dos utentes nas diversas respostas sociais, com exceção do CATL que passou a contemplar 53 crianças;
- Considerou-se uma atualização de 1% para os acordos com a Segurança Social e inseriram-se os valores do POAMC/FEAC;
- Na área da saúde, o valor da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação foi projetado a partir do histórico do exercício de 2017 (até Setembro), com um incremento ao nível dos serviços inovadores introduzidos de cerca de 2000,00€/mês, e perspetivou-se uma taxa de ocupação acima dos 85% no Hospital Dr. Fernando Valle;
- Projetou-se um recebimento de quotas da irmandade tendo por base o saldo a Setembro;
- O valor das rendas foi calculado através do saldo a setembro de 2017, com a aplicação de um índice de 1,0112;
- No campo da participação da autarquia para as AAAF foi tida em conta uma frequência de 32 crianças, tendo por base um valor unitário mensal de 30,99€;
- Nas rubricas menos relevantes considerou-se o histórico a setembro.

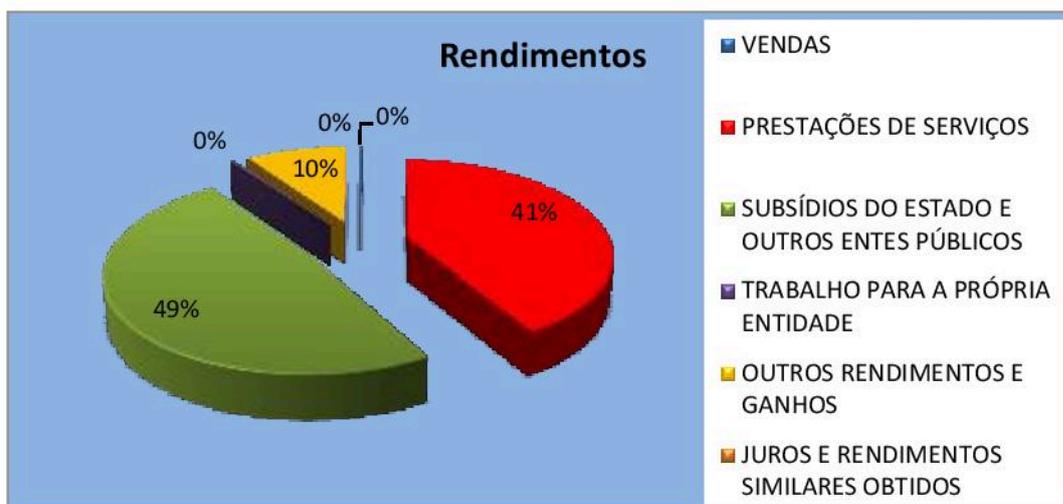


Gráfico n.º 1: Distribuição Proveniência Rendimentos

4.2 Gastos

Em relação aos gastos estimados para o exercício de 2018, a Instituição considerou uma redução, face ao orçamento de 2017, de 1,38%, neste caso, menos trinta e sete mil, setecentos e quarenta e quatro euros (37.744,00€), em linha com a projeção feita para as receitas.

Foi pois, considerado um total de dois milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e dez euros (2.693.310,00€).

O decréscimo do montante dos gastos é suportado ao nível da conta 61, Custo de Mercadorias e Matérias consumidas, com uma redução, face ao orçamento de 2017, de 6,37%, correspondendo a menos vinte e quatro mil e setenta e cinco euros (24.075,00€).

De igual modo, a conta 64, referente à rubrica das amortizações, teve um decréscimo de 16,91%, estimado em catorze mil, oitocentos e dezoito euros e trinta (14.818,00€), resultado da redução do peso contabilístico desta componente, face ao ciclo de deterioração/pagamento dos investimentos.

Outra componente que contribuiu em termos orçamentais, para a previsão de uma redução da despesa, foi o pessoal. Neste caso, os gastos apresentam uma projeção de menos 0,67%, como reflexo do histórico de 2017, ou seja, menos dez mil, seiscentos e quarenta e dois euros (10.642,00€).



Contudo, esta rubrica (63) deve ser encarada com grande cautela, pois apesar de estipular uma atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN) de quinhentos e oitenta euros (580,00€), e uma taxa de absentismo de 10%, graças à redução da média de idades dos colaboradores do sexo feminino (fecundidade), qualquer mudança no ACT das Misericórdias ou oscilações superiores à previsão do SMN terá de imediato impactos na Instituição.

De realçar ainda, que os gastos com o pessoal terão que ter associada a **manutenção da política de ajuste dos horários de trabalho**, com respeito pelas normas legais, e a **reorganização de serviços**, tendo em vista a acomodação dos custos resultantes da atualização do SMN.

A redução dos gastos nas contas 61, 63 e 64, possibilitarão suportar o aumento de custos na conta 62, fornecimento de serviços externos, em mais 0,94%, ou seja cinco mil, seiscentos e vinte e seis euros (5.626,00€) e na conta 68, outros gastos e perdas, com mais nove mil, novecentos e quarenta e três euros (9.943,00€).



Gráfico n.º 2: Representação Gastos



Gastos - 2018					
CONTAS	GASTOS	PERIODOS		Variação Orçamental	
		N-1	N	(2018-2017)	%
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	398 412,00	373 048,00	-25 364,00	-6,37%
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	310 074,00	308 785,00	-1 289,00	-0,42%
	Matérias de consumo Outros	88 338,00	64 263,00	-24 075,00	-27,25%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	596 897,00	602 523,00	5 626,00	0,94%
621	Subcontratados	0,00	0,00	0,00	0,00%
622	Serviços Especializados	208 147,00	226 524,00	18 377,00	8,83%
	Trabalho especializado	59 220,00	55 980,00	-3 240,00	-5,47%
	Honorários	101 621,00	123 101,00	21 480,00	21,14%
	Conservação e reparação	34 109,00	39 357,00	5 248,00	15,39%
	Outros	13 197,00	8 086,00	-5 111,00	-38,73%
623	Materiais	71 173,00	59 133,00	-12 040,00	-16,92%
	Ferramentas e ut. Desgaste rápido	35 626,00	35 797,00	171,00	0,48%
	Material de escritório	29 173,00	22 044,00	-7 129,00	-24,44%
	Outros	6 374,00	1 292,00	-5 082,00	-79,73%
624	Energia e fluidos	188 107,00	197 229,00	9 122,00	4,85%
	Eletricidade	79 452,00	71 261,00	-8 191,00	-10,31%
	Combustíveis	95 939,00	108 768,00	12 829,00	13,37%
	Água	12 716,00	17 200,00	4 484,00	35,26%
625	Deslocações, estadas e Transportes	7 868,00	5 986,00	-1 882,00	-23,92%
626	Serviços Diversos	121 602,00	113 651,00	-7 951,00	-6,54%
	Comunicação	19 485,00	18 361,00	-1 124,00	-5,77%
	Seguros	9 376,00	9 194,00	-182,00	-1,94%
	Limpeza, higiene e conforto	56 327,00	43 271,00	-13 056,00	-23,18%
	Outros serviços	36 414,00	42 825,00	6 411,00	17,61%
63	GASTOS COM PESSOAL	1 597 170,00	1 586 528,00	-10 642,00	-0,67%
632	Remunerações do pessoal	1 281 965,00	1 273 462,00	-8 503,00	-0,66%
6321	Remunerações certas	1 223 136,00	1 220 496,00	-2 640,00	-0,22%
6322	Remunerações Adicionais	58 829,00	52 966,00	-5 863,00	-9,97%
634	Indemnizações	1 114,00	1 160,00	46,00	4,13%
635	Encargos sobre Remunerações	285 878,00	283 982,00	-1 896,00	-0,66%
636	Seguros de acidentes no trabalho	23 075,00	22 922,00	-153,00	-0,66%
638	Outros Gastos com Pessoal	5 138,00	5 002,00	-136,00	-2,65%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4 376,00	14 319,00	9 943,00	227,22%
681	Impostos	0,00	0,00		
682/687	Outros Gastos e Perdas em Ativos	0,00	0,00		
688	Outros Gastos e Perdas	4 376,00	14 319,00	9 943,00	0,00
6881	Correções de Periodos Anteriores				
6882	Donativos	250,00	250,00	0,00	0,00%
6883	Quotizações	4 126,00	4 126,00	0,00	0,00%
6884/6888	Outros Gastos e perdas	0,00	9 943,00	9 943,00	0,00%
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	87 612,00	72 794,00	-14 818,00	-16,91%
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	46 587,00	44 098,00	-2 489,00	-5,34%
	Total dos Gastos	2 731 054,00	2 693 310,00	-37 744,00	-1,38%

Tabela n.º 2: Gastos

4.2.1 Gastos / Descrição

- No custo das mercadorias e das matérias consumidas teve-se em consideração o saldo até setembro, calculando-se a respetiva média replicada a 12 meses, com a atualização de 1,5% da taxa de inflação;
- No fornecimento de serviços externos de um modo geral (conta 62) fez-se uma projeção tendo por base o acumulado nos 9 meses, levando em linha de conta a taxa

de inflação, sendo que no trabalho especializado e honorário o valor apresentado é baseado nos contratos / propostas para os mesmos;

- Na rubrica de eletricidade foi aplicada ao histórico e uma redução da ERSA de 0,2% conforme divulgação da imprensa nacional, enquanto os combustíveis e a água teve em conta o saldo acumulado e a taxa de inflação;
- Nos custos com pessoal, teve-se em consideração o quadro de pessoal a setembro, com a respetiva atualização do SMN. Foi tida em conta uma taxa de absentismo de 10%, a par do pagamento integral dos feriados.
- Nas amortizações considerou-se os elementos sujeitos a depreciação em 2017, conforme simulação do programa de imobilizado;
- Restantes custos foi levado em linha de conta o acumulado a setembro e respetiva projeção, levando em linha de conta a taxa de inflação.

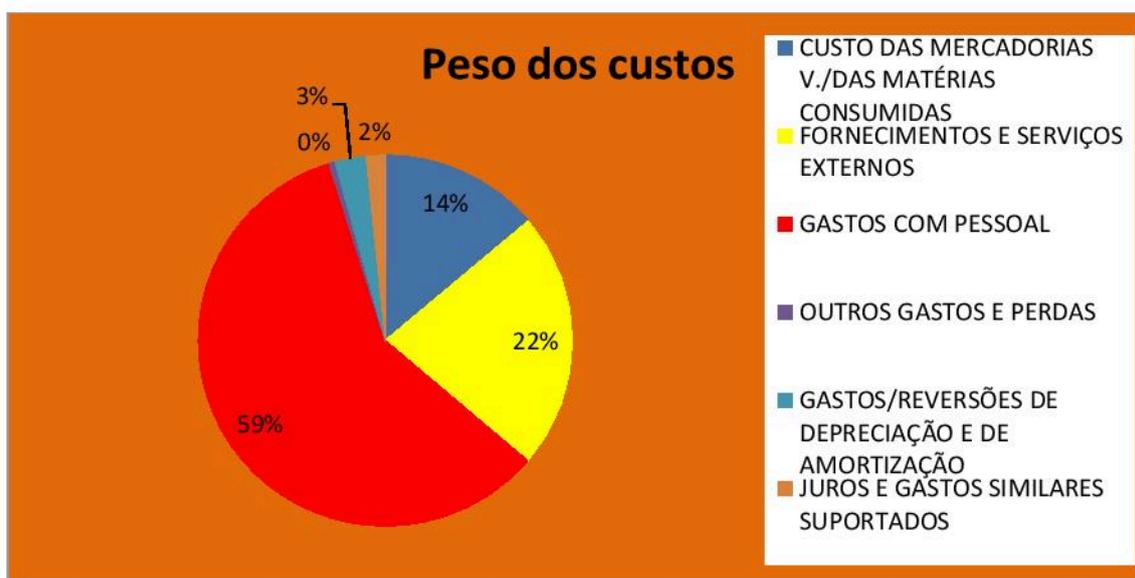


Gráfico n.º 3: Distribuição do peso dos Custos

4.3 Investimentos

À semelhança do ano anterior a Misericórdia mantém um quadro de investimento significativo e bastante ambicioso, decorrente do atraso da execução de projetos de maior monta relativos ao ano de 2017 e que, por ausência da concretização de algumas operações de alienação, não produziram os capitais necessários à efetivação dos mesmos, transitando dessa forma para o próximo ano.



A Instituição estabelece no quadro dos investimentos um valor global de setecentos e sessenta e um mil euros (761.000,00€), distribuídos por vários equipamentos, edifícios e investimento financeiro.

Contudo, e à semelhança do ano de 2017, a realização da totalidade deste montante de investimento **dependerá da materialização de receitas extraordinárias**, na medida em que estas serão essenciais à efetivação do investimento pretendido. Nesse particular, destaca-se a operação de venda da Quinta dos Bons Dias.

Por outro lado, uma parte do investimento apresentado não corresponde à totalidade das verbas necessárias para esse efeito, nomeadamente no que respeita à remodelação do antigo Hospital da Misericórdia.

Isto porque, a totalidade da remodelação poderá não ser concluída em 2018, atendendo ao cronograma da empreitada, pelo que, o valor apresentado corresponde apenas a uma estimativa de gastos contemplando unicamente o ano em causa.

Idêntico tratamento tem o subsídio previsto no âmbito do Programa Modelar II, o qual, apesar de ser superior ao apresentado, apenas foi considerado o proporcional ao montante do investimento privado da responsabilidade da Misericórdia para o ano vindouro.

O esforço da Misericórdia, realizado através de capitais próprios (outros), resultantes das operações de venda autorizadas pela Assembleia Geral, será de seiscentos e três mil, oitocentos e vinte e cinco euros e dezasseis cêntimos (603.825,16€).



Outro aspeto a reter relaciona-se com a questão do Cineteatro Alves Coelho, na medida em que apesar de ser orçamentado no campo dos investimentos um valor de cem mil euros (100.000,00€) este estará dependente do apuramento de responsabilidades em relação ao estado de devolução do imóvel, assim como a eventuais negociações com a edilidade camarária.

INVESTIMENTO	VALOR		TOTAL
	SUBSÍDIOS	OUTROS	
Total	157 174,84	603 825,16	761 000,00
Investimento Financeiro		1 000,00	1 000,00
Activos fixos tangíveis	157 174,84	602 825,16	760 000,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	147 174,84	602 825,16	750 000,00
PROJETOS/CANDIDATURAS	10 000,00		10 000,00

1 000,00	Investimento Financeiro
10 000,00	Projetos/Candidatura
100 000,00	Cineteatro
600 000,00	Hospital
50 000,00	Complexo Social
761 000,00	

Tabelas n.º 3 e 4: Apresentação e distribuição do Investimento



5 | CONCLUSÃO

Quando se prepara o início de uma nova etapa, todos temos já consciência de que o ano de 2018 não será fácil.

Não será fácil pela tragédia que se abateu sobre a nossa região, marcada pela fúria das chamas que consumiu o “verde” do nosso concelho, destruindo grande parte da fauna e flórea da Serra do Açor, com destaque para a Mata da Margaraça.

Hoje, Arganil está mais pobre.

Pobre na paisagem, pobre nas suas gentes e pobre na capacidade de renascer.

A Misericórdia, assente nos seus Compromissos e na sua História, não poderá deixar de se bater por esta terra, mobilizando-se para apoiar as suas comunidades, dinamizando novos serviços e enfrentando com coragem o desânimo que, porventura, se possa instalar.

A incerteza no futuro é maior, mas a confiança nos nossos valores é inabalável e a memória dos que nos antecederam dá-nos as forças para continuarmos, sem baixarmos os braços.

Sejam Mesários, membros dos diversos órgãos sociais, irmãos, colaboradores e utentes, todos temos de estar coesos em redor dos valores que norteiam as Misericórdias de Portugal e, certamente, a Senhora das Misericórdias saberá proteger-nos e abençoar-nos com o seu manto redentor.

O Provedor

ANEXOS



CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS



Santa Casa Da Misericórdia de Arganil

Rua Comendador Cruz Pereira
3300-034 Arganil

1º ORÇAMENTO ANUAL

ANO 2018

NISS: 20004617166 NIPC: 501 157 654

Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERIODOS	
			N-1	N
71	VENDAS	a)	7.490,00	7.602,00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	b)	1.135.160,00	1.115.920,00
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	c)	1.291.394,00	1.305.527,00
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	d)	10.689,00	10.947,00
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	e)	398.412,00	373.048,00
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	f)	596.897,00	602.523,00
63	GASTOS COM PESSOAL	g)	1.597.170,00	1.586.528,00
-	AJUSTAMENTO DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERÕES)	-	0,00	0,00
-	IMPARIDADE A RECEBER (PERDAS / REVERSÕES)	-	0,00	0,00
-	PROVISÕES (AUMENTO/REDUÇÃO)	-	0,00	0,00
-	OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS / REVERÕES)	-	0,00	0,00
-	AUMENTO/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	-	0,00	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	h)	287.712,00	254.738,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	i)	4.376,00	14.319,00
Result. antes de depreciações, gastos de financ. imposto			135.590,00	118.316,00
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	j)	87.612,00	72.794,00
Result. operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)			47.978,00	45.522,00
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	k)	300,00	300,00
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	l)	46.587,00	44.098,00
Resultado antes de imposto			1.691,00	1.724,00

A Mesa Administrativa:

O Conselho Fiscal:

Aprovado em Assembleia Geral:

Data:

Arganil, 10 de novembro de 2017

14 de novembro de 2017

___ de novembro de 2017

Assinaturas:

[Handwritten signatures]

[Handwritten signatures]

Notas:

- a) Provável receita do funcionamento do bar da piscina;
- b) Verba que se prevê receber da prestação de serviços:
 - Mensalidades dos utentes do Lar, A.T.L., Centro de Dia, Apoio Domiciliário, e UCC;
 - Fisioterapia;
 - Funcionamento da piscina, prestação de serviços de jardinagem e lavandaria a Instituições instaladas no concelho;
- c) Verba que se prevê receber do Estado e serviços dependentes:
 - Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra;
 - Ministério da Saúde resultante dos protocolos de Cuidados Continuados;
 - Comparticipação financeira de outras atividades (RIIS);
 - Câmara Municipal (CAF);
- d) Trabalhos executados por pessoal da Instituição que se destinam aos ativos fixos tangíveis ou a investimento em curso;
- e) Verba que se pensa bastante para aquisição:
 - Géneros alimentícios para o Complexo Social e para o Complexo de Saúde;
 - Fraldas para os utentes e medicamentos da UCC;
 - Rações para animais, sementes e adubos para a parte agrícola,
- f) Verba destinada ao pagamento de Fornecimento de Serviços Externos:
 - Gastos de eletricidade, gás para cozinha, aquecimento central e águas, inclui Complexo Social e Hospital de Cuidados Continuados;
 - Consumos de secretaria e expediente geral;
 - Reparação e manutenção de instalações, edifícios arrendados;
 - Aquisição de pequenos utensílios, comunicações, seguros, instalações, deslocações e estadias, honorários, contencioso e notariado, artigos de limpeza, higiene e conforto, publicidade, trabalhos especializados, material didático e saúde dos utentes, serviços de fisioterapia, entre outros;
- g) Montante previsto para gastos com pessoal:
 - Remunerações, subsídios de Natal e Férias, não havendo lugar a mudanças salariais gerais;
 - Turnos, prémios de produtividade, isenção de horário, trabalho noturno e abono de falhas de caixa;
 - Formação profissional;
 - Indemnizações;
 - Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
 - Outras despesas com o pessoal;
- h) Rendimentos de:

- Quotas da Irmandade, Campo Dr. Eduardo Ralha e comparticipação nos consumíveis (fraldas, pensos, etc);
 - Serviços sociais que não se refiram à atividade principal da instituição (acolhimento temporário, etc);
 - Investimentos não financeiros, ou seja propriedades de investimentos, ativos fixos tangíveis (rendas);
 - Subsídio para Investimento;
- i) Nesta conta encontram-se previstos gastos com:
- Quotizações à, União das Misericórdias, ALP, outras entidades;
- j) Valores prováveis para os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis (instalações e equipamento, incluindo o Hospital de Cuidados Continuados);
- k) Rendimentos obtidos de depósitos e outras aplicações (depósitos a prazo);
- l) Gastos com financiamento obtido.



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Ano: 2018

INVESTIMENTO	VALOR		TOTAL
	SUBSÍDIOS	OUTROS	
Total	157.174,84	603.825,16	761.000,00
Investimento Financeiro		1.000,00	1.000,00
Activos fixos tangíveis	157.174,84	602.825,16	760.000,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	147.174,84	602.825,16	750.000,00
PROJETOS/CANDIDATURAS	10.000,00		10.000,00

100.000,00 Cineteatro
600.000,00 Hospital
50.000,00 Complexo Social
750.000,00

Subsídio Modelar:

Valor total da obra	<u>2.187.606,28</u>	600.000,00	27,427%
Subsídio	<u>724.101,00</u>		
Obra	536.601,00		147.174,84
Equipamento	150.000,00	<u>150.000,00</u>	
Projeto	37.500,00	<u>750.000,00</u>	

686.601,00

1.000,00 Investimento Financeiro
10.000,00 Projetos/Candidatura
100.000,00 Cineteatro
600.000,00 Hospital
50.000,00 Complexo Social
761.000,00

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil

TLF 235 200 490 / FAX 235 200 499 * geral@scmarganil.pt

*www.scmarganil.pt * www.facebook.com/misericordiadearganil*